

Educação Artística não formal em públicos adultos

Non formal Art Education in adult people

MARGARIDA CALADO*

Artigo completo submetido a 1 de maio de 2018 e aprovado a 9 de maio de 2018

*Portugal, professora. AFILIAÇÃO: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes (CIEBA). Largo da Academia Nacional de Belas Artes 14, 1200-005 Lisboa, Portugal. E-mail: m.calado@belasartes.ulisboa.pt

Resumo: Pretendemos reflectir sobre o papel da Educação Artística e Patrimonial em públicos adultos e de terceira idade, quer em aulas livres quer em visitas de estudo, a partir sobretudo da experiência da Sociedade Nacional de Belas Artes. Acreditamos que a Educação Artística de públicos adultos poderá contribuir para uma outra forma de encarar a Educação Artística nos currículos escolares; é uma contribuição para a valorização do nosso património e indirectamente para a melhoria das regiões interiores. Além disso, pretendemos reflectir sobre as escolhas e preocupações de quem decide estudar no final de uma carreira profissional ou mesmo acumulando esse estudo com a actividade profissional. Pretendemos realizar pequenos inquéritos a partir dos quais tiraremos as nossas conclusões nem sempre consonantes com as práticas defendidas pelos teóricos.

Palavras chave: Educação Artística e Patrimonial / públicos adultos / aprendizagem ao longo da vida.

Abstract: *In this paper we reflect about art and heritage education for adult and older people, either attending free classes of History of Art, either in cultural learning in monuments and museums, considering above all our personal experience at SNBA (National Society of fine Arts). We believe that art education for adult people should help to a better way of facing art education in schools, above all when politic power makes us believe that maternal language (Portuguese) and Mathematics are the most important subjects. On the other hand, art education can help to increase the value of our historical heritage and also to improve the interior country through tourism. We also wish to know why people in the end of their professional careers look for art education, or even try to conciliate after — work courses with their professional life. So we have made two little inquiries directed to people attending Art History courses in SNBA and also people participating in Cultural learning travelling in group through our country.*

Keywords: *Heritage and art education / adult public / life long learning.*

Um tema que consideramos aliado directo da Educação Artística, é o da Educação Patrimonial. Este texto surge a propósito da comemoração de 2018 como Ano Europeu do Património Cultural. Paradoxalmente, enquanto governos e instituições procuram mil maneiras de chamar a atenção para a cultura, a forma pouco ou nada interessada ou mesmo de respeito, como os jovens, mesmo universitários, encaram actualmente o património histórico construído, temos feito reflectir sobre a hipótese de mudar essa situação. Uma recente visita a Coimbra deixou-nos chocada perante a quantidade de escritos (pixagens, stencil, tags, etc.) que atentam contra o valor histórico da cidade universitária e do casco histórico de Coimbra. Intervenções políticas, frases que defendem a mulher, e que até respeitamos, cruzam-se com palavrões, em língua portuguesa ou inglesa. Não há dúvida que na Cidade Universitária de Lisboa, uma ou outra frase tímida não tem o impacto negativo que, em Coimbra, sentimos essencialmente como um desrespeito total pela história de uma cidade, da sua universidade e do seu património. Que se passa? Que poderemos fazer para o evitar, para convencer os jovens que o respeito pelo património é um acto de cidadania.

Guilherme de Oliveira Martins (2018, 11) afirma que *este Ano Europeu pode e deve constituir-se num desafio às Universidades, às instituições, à sociedade civil e a todos os europeus para que o património cultural seja considerado como factor de mobilização em torno da defesa do que é próprio e do que é comum.*

Quebraram-se as relações entre velhas e novas gerações, e para os jovens de hoje tudo o que é passado parece ser indiferente, quer sejam as pessoas, ou o património. Os avós de hoje já trabalham e não têm disponibilidade para cuidar dos netos que são confiados aos cuidados de creches e infantários. Por outro lado, quando reformados, optam por uma vida mais activa, frequentando ginásios, universidades seniores e envolvendo-se nas mais diversas actividades. Mas parece que em consequência, se cavou mais o fosso entre gerações. Além disso, é certo que na nova civilização do virtual pouco importa o passado. Citando Guilherme de Oliveira Martins (2018, p.92), a propósito de Umberto Eco, *um dos problemas da civilização da internet é a perda do passado — quando não a primazia do imediato e do impensado.*

Mesmo assim, acreditamos que as experiências que temos na infância são determinantes para a escolha do nosso percurso e não é indiferente que pais ou avós levem as crianças a visitar museus ou monumentos, ou a passear ao ar livre e apreciar a natureza. Curiosamente, o estudo feito parece indicar que em alguns casos não existirá inter-relação entre o facto de as gerações mais idosas frequentarem actividades culturais e procurarem despertar os seus jovens familiares para esses aspectos.

O estudo que fazemos debruça-se sobre aspectos de Educação artística não formal, em aulas que decorrem na Sociedade Nacional de Belas Artes, em horário pós-laboral, a partir das 18h 30m e abordando temas de História da Arte europeia e de História da Arte em Portugal. Embora sejam cursos que decorrem numa instituição, consideramo-los não formais porque a frequência é livre (embora sejam registadas presenças para efeitos de diploma de frequência) e não existe qualquer forma de avaliação.

Por outro lado, e desde há algum tempo, vimos acompanhando visitas de estudo que começaram por se dirigir a esses alunos mas se têm expandido a outras pessoas, nomeadamente por divulgação através da internet. Embora sejam actividades que têm uma componente de lazer e convívio, são devidamente planificadas, são previamente garantidos acessos a museus e monumentos e são acompanhadas de textos de apoio. Podem durar um dia ou um fim de semana, tendo já havido excepcionalmente algumas experiências mais alargadas.

Como diz Guilherme de Oliveira Martins, ... *a viagem é um modo de nos enriquecermos mutuamente e de ir ao encontro dos outros e das diferenças culturais.* (2018:9)

Não podemos também ignorar as diversas visitas que temos acompanhado ao Convento de S. Francisco e que, embora empiricamente, temos verificado que são procuradas por públicos de terceira idade e alguns mesmo ligados a universidades seniores.

Ainda numa forma empírica, contactos esporádicos com outros grupos culturais, como «Os amigos dos Castelos», ou os «Amigos do Museu de Arte Antiga» apontam para uma maioria de elementos da 3ª idade entre os seus membros.

A nossa já longa experiência neste tipo de educação mostra-nos que tem havido um envelhecimento médio daqueles que frequentam os cursos e que inicialmente abrangiam muitas pessoas no activo, o que já não acontece. É claro que existem razões de ordem económica que têm obrigado as famílias a dispensar o que não é essencial e, por outro lado, também existem muitas pessoas que dada a acessibilidade de informação disponível na internet acabam por concluir que facilmente, em casa, podem aceder a tudo o que pretendem.

Mas também é verdade que a nossa sociedade erradamente vem desvalorizando as questões da arte e da cultura, esquecendo-se que cultura e economia estão efectivamente ligadas: *Hoje a cultura e as artes estão ameaçadas não por uma doutrina ou ideologia, mas por um processo económico fechado, sem rosto, sem alma e sem direcção.* (Octávio Paz, cit. por Martins, 2018:78).

A este propósito gostamos de citar Machado de Castro que no seu *Discurso sobre as utilidades do desenho* afirmou: *Deixo de ponderar as immensas sommas,*

que só a Pintura, Escultura, e Gravatura tem levado para Itália, e França; tanto pelos Paineis, Estatuas, e Estampas que daquelas Regiões tem sahido para outras, como pelos innumeraveis Viajantes que a ellas vão, atrahidos das maravilhas destas Artes; deixando naquelles felices Climas as riquezas que vão tributar ao Desenho. E não he isto proveitoso áquelles Estados? (1788:10)

A nossa área de trabalho está pois relacionada essencialmente com o que podemos designar de Educação Patrimonial, dado que não contempla o «fazer arte», embora algumas pessoas possam igualmente frequentar aulas de Desenho ou Pintura.

No entanto, e seguindo Françoise Choay (2011) não queremos deixar de chamar a atenção para os perigos que a noção de património inclui, em oposição aos termos anteriormente usados de monumento ou monumento histórico. Segundo a referida autora, «monumento» é *todo o artefacto (...) ou conjunto de artefactos deliberadamente concebidos e realizados por uma comunidade humana (...) no sentido de fazer lembrar à memória viva, orgânica e afectiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos da sua identidade.* (2011:16).

Quanto ao «monumento histórico», *foi escolhido num corpus de edifícios pré-existentis, devido ao seu valor para a história (...) e/ou ao seu valor estético.* (2011:18). E a autora explicita que *o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstracto de saber. Por outro lado, na sua relação com a arte, solicita a sensibilidade estética...* (2011:18-19).

A palavra património tem um significado ambíguo pois pode também referir-se aos bens ou propriedades de um indivíduo. Em 1959, André Malraux, quando foi Ministro da Cultura em França, acrescentou-lhe o adjectivo «cultural» e curiosamente associou-a ao lazer (Choay, 2011:36). O património cultural afastava-se assim da educação, tal como o conceito de monumento histórico é substituído pelo de património, situação concretizada a partir de 1972, pela «Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural» da Unesco.

Sublinhe-se que em Portugal o termo «património» reporta-se à época de D. João V, que, na sequência da criação da Academia Real de História, em 1720, no ano seguinte fez publicar um Alvará sobre o Património, o segundo da Europa, como há já alguns anos referimos, dado que a primeira se deve à Suécia, *onde em 1630 foi publicada uma Proclamação Real, criando o ofício de conservador das Antiguidades Nacionais e, em 1666, outra Proclamação Real determinava a protecção de todos os monumentos históricos* (Calado, 1985:2).

Mais tarde, Herculano usa o conceito de monumento histórico, ou mais precisamente de «monumentos pátrios», quando em 1838-39, invectiva os

atentados ao património da parte do Liberalismo: É contra o espírito destruidor desta geração que ora vive, que erguemos a voz: *erguê-la-emos a favor dos monumentos, da história, da arte, e da glória nacional que todos os dias vemos desabar em ruínas. Aceitamos desde já o sorriso dos economistas, dos reformadores, e dos caiadores do passado; retribuimos-lhes com outro; e encarregamos aos nossos netos o decidir qual destes dois sorrisos deixou estampada a infâmia nos lábios por onde passaram* (Herculano, 1838/1982:181).

Infelizmente, cremos que os nossos netos não ficarão muito perturbados com a destruição do nosso património. Como diz Vítor Serrão, *a dificuldade maior está precisamente no facto de a perda de uma consciência social, subvertida por outros interesses de substituição (quase sempre em nome da modernidade e do progresso) nos tornar impotentes face à ruína inevitável, como se esses valores artísticos tivessem deixado de funcionar, assim como os arquétipos psicológicos (e morais) que veiculavam.* (2014:29).

Também Guilherme de Oliveira Martins chama a atenção para a importância do papel de Alexandre Herculano na redacção da revista «O Panorama» entre 1837 e 1839 e de 1842 a 1844, tal como de Almeida Garrett, sobretudo em «Viagens na minha terra»: *O programa era e é simples: não destruir ou deixar estragar o que existe, restaurar o que tem valor, divulgar, conservar, tornar acessível...* (2018:81).

É pois neste contexto — e perante uma escola cada vez mais desligada das temáticas ligadas à arte, à cultura ou à história — que tentámos avaliar por que razão os mais velhos ainda valorizam todos estes aspectos e se, de algum modo os transmitem aos seus herdeiros naturais.

Na verdade a preservação do património implica *o desenvolvimento cultural das populações, a consciencialização do valor do seu património, a ideia de que é seu, que não constitui um peso morto mas pode continuar a satisfazer muito das suas necessidades sociais.* (Bonifácio & Calado, 1979:23).

E muito recentemente, Guilherme de Oliveira Martins reforça esta ideia: *Quando referimos o património cultural, há a tentação de pensar que falamos de antigualhas, de coisas do passado, irremediavelmente perdidas num canto recôndito da nossa memória. Puro engano! Referimo-nos à memória viva, seja ela referida a monumentos, sítios, tradições, seja constituída por acervos de museus, bibliotecas e arquivos. Mas fundamentalmente tratamos de conhecimentos ou de expressões da criatividade humana* (2018:9).

Sublinhe-se que não temos uma posição «purista» relativamente à protecção ao património. Temos consciência de que nem tudo é possível preservar, e que o património construído só se mantém porque continua a ser utilizado. Daí

que talvez seja mais fácil preservar uma igreja do que um conjunto conventual ou um palácio, por exemplo.

Como já diziam Bonifácio & Calado (1979:24), *conservar pode ser também reutilizar “certos” edifícios, equipamentos ou conjuntos, os quais poderão ser postos ao serviço dos interesses sociais das populações. Essa utilização pode mesmo ser uma forma de as interessar pelos “monumentos” e de os proteger, dado que a inutilidade torna o edifício mais vulnerável.*

O Convento de S. Francisco da Cidade é um bom exemplo de como um edifício enorme pôde albergar instituições como a Biblioteca Pública, a Academia de Belas Artes, a Galeria Nacional de Pintura e depois a Escola e Faculdade de Belas Artes, a Academia na sua fase moderna e o Museu Nacional de Arte Contemporânea, tal como a polícia ou o Governo Civil, cuja presença não seria tão desejável num espaço que além de religioso teve sempre importância cultural. É claro que todas estas instituições obrigaram a alterações no edifício, mas os seus lugares históricos têm-se mantido e em certos locais ainda caminhamos indiferentes sobre lajes que escondem sepulturas.

No entanto, como referem Bonifácio & Calado (1979:23), *os objectos têm cargas qualitativas distintas. Por isso as razões que nos levam a conservá-los são diferentes: o sentido histórico, o significado cultural, a utilidade social, o valor estético.*

Assim os nossos inquéritos (Ver anexos) que se dirigiram a alunos dos cursos de História da Arte da Sociedade Nacional de Belas Artes, num total de 40 pessoas, e aos participantes em visitas de estudo num total de 29 pessoas — a amostra que foi possível recolher, devido à boa vontade dos que responderam — levou-nos a concluir, em primeiro lugar, que nos dois casos há uma maioria da participação feminina:

Aulas na SNBA — 26 mulheres

— 14 homens

Visitas de estudo — 23 mulheres

— 6 homens

Relativamente às idades, a distribuição também mostra uma maioria acima dos 50 anos, com maior incidência entre os 61 e 70 anos, nos dois casos.

Assim, no que respeita os frequentadores das aulas os resultados foram os seguintes:

Menos de 30 anos — 1 aluno

30-40 anos — 3 alunos

41-50 — 6 alunos
51-60 — 12 alunos
61-70 — 15 alunos
Mais de 70 — 3 alunos

No que respeita às visitas de estudo, não registámos ninguém abaixo dos 40 anos, embora eventualmente possa haver uma pessoa que não respondeu ao inquérito e que está neste nível etário:

41-50 — 4 pessoas
51-60 — 5 pessoas
61-70 — 13 pessoas
Mais de 70 — 7 pessoas

Outra questão que nos preocupou foi o nível de formação escolar, quer dos frequentadores das aulas quer dos participantes nas visitas. A SNBA apenas exige uma formação de base coincidente com o actual 9º ano de escolaridade, mas esses elementos serão raros. Há casos de alunos que por vezes frequentam as aulas de Pintura e Desenho procurando melhorar a sua preparação no acesso à universidade (cursos artísticos) mas isso normalmente não se verifica nas áreas teóricas. No entanto, das pessoas que responderam aos dois inquéritos, apenas duas possuem apenas o 12º ano de escolaridade, sendo os restantes licenciados e possuindo alguns mestrados e doutoramentos. Dado o nível etário da maioria dos respondentes, o tipo de licenciaturas que possuem será anterior à chamada reforma de Bolonha, ou seja, são cursos de 5 anos ou mais, nos casos de Medicina, Arquitectura ou Engenharia.

Dos frequentadores dos Cursos da SNBA (História da Arte I e II e Temas de História da Arte em Portugal), constatámos que existem oito professores (de várias áreas), dos quais quatro aposentados, e oito profissionais ligados a carreiras de economia ou gestão de empresas, embora nem sempre com licenciaturas nestas áreas; destes também cinco são aposentados.

Os restantes têm formações e ocupações muito diferenciadas, sendo três de áreas da saúde (Medicina e Farmácia); cinco em áreas de engenharia; três em áreas artísticas (Arquitectura e Design); e distribuindo-se os restantes por áreas de Comunicação (2), Administrativos (2), Juristas (2), Tradutores (2) e ainda com apenas um representante, Sociologia, Bibliotecas, Literatura, Informática, Jornalismo. Sublinhamos que por vezes não há relação entre a área de licenciatura e a actividade exercida.

Quanto aos participantes em visitas de estudo, possuem também na quase totalidade o grau de licenciados, tendo apenas um o 12º ano como habilitação. Aqui, dado o nível etário das pessoas, também possuirão licenciaturas anteriores à reforma de Bolonha. A maioria também são professores de diferentes áreas dos quais seis aposentados; segue-se a área de economia e gestão com seis representantes, dos quais três igualmente aposentados, e ainda da área da Saúde, três médicos e uma farmacêutica, sendo dois aposentados. Os restantes distribuem-se por áreas como bibliotecas, tradução, biotecnologia, um oficial do exército e apenas uma pessoa de área artística.

Quanto às razões que levam as pessoas a frequentar os cursos, a maioria, num total de dezoito, responde algo que tem a ver com o aprofundar de conhecimentos, ou ter um conhecimento mais rigoroso, e dezassete falam do interesse, de forma global. Há outros que acrescentam o enquadramento histórico da arte (4), enquanto um grupo também significativo fala da forma de olhar para a obra de arte, de a analisar (10). De sublinhar ainda os que falam da ocupação de tempo livre (6), o que não surpreende, dado o elevado número de pessoas aposentadas. Ainda quatro alunos referem o aumento da cultura geral e outros quatro de conhecer melhor Portugal. Duas pessoas apontam a preparação para seguir cursos artísticos de Desenho ou Pintura, na Sociedade, mas também um, de preparação para mestrado. Há também pessoas que por algum motivo necessitam, na sua área de ocupação profissional, de melhorar os conhecimentos de história da arte (3). Também há quem procure os cursos para ter melhores conhecimentos quando viaja ou quando visita exposições e museus (2). Ainda o fugir da rotina do trabalho diário, desinteressante (2) é outra razão apontada. Apenas 3 pessoas referem a qualidade dos cursos e uma, o facto de serem cursos sem avaliações.

Destacamos ainda outras respostas, pouco usuais, como o aperfeiçoar a língua portuguesa — acreditamos que a resposta seja de um aluno espanhol -, preparar a terceira etapa da vida ou acompanhar uma filha que está a estudar História da Arte na Universidade.

Relativamente às visitas de estudo, a razão fundamental é a melhoria de conhecimentos na área (19 pessoas), mas curiosamente em segundo lugar vem a oportunidade de convívio com pessoas com os mesmos interesses culturais (11 pessoas). Segue-se naturalmente o ter oportunidade de ver as obras ao vivo (8) e a de visitar locais que normalmente não estão abertos ao público (5). A qualidade do acompanhamento também é referida: melhores explicações (5) e boa guia (4). O prazer de viajar, de aprender ou de fazer visitas culturais é referido por 8 elementos. Também há quem utilize o aprendido no seu próprio trabalho

de índole artística, ou não (2). Duas pessoas referem a boa organização e uma apenas a possibilidade de aprender para depois utilizar os conhecimentos em visitas em família.

Finalmente a última questão colocada tem a ver com o hábito de levar filhos ou netos (a que algumas pessoas acrescentaram outros familiares, como sobrinhos, sobrinhos netos, amigos) a museus, monumentos ou exposições.

No que respeita aos alunos das aulas de História da Arte, podemos dizer que neste campo as respostas foram ambíguas, na medida em que duas pessoas responderam explicitamente que não tinham filhos, e 17 deixaram o campo em branco, não responderam, provavelmente porque não têm familiares próximos.

Quanto ao hábito de levar filhos e netos a exposições, 20 responderam afirmativamente, mas apenas 12 consideram que as aulas têm contribuído para isso, 8 entendem que não, até porque alguns já tinham esse hábito antes de frequentarem os cursos.

Relativamente aos que participam em visitas de estudo, mantém-se a ambiguidade na negativa, ou seja, 6 respondem claramente que não têm filhos ou netos e 10 não respondem, enquanto uma pessoa diz que se tivesse utilizaria, e outros que levam sobrinhos, sobrinhos netos ou até outros jovens. No que se refere a respostas afirmativas, ou seja, que levam crianças e jovens a museus, 13 dizem que têm esse hábito e 15 confirmam que as visitas contribuem para isso, ou seja, há pessoas que não tendo filhos entendem que as visitas seriam um contributo positivo.

De todas, destacamos uma resposta mais completa: *Claro, porque posso explicar tudo de modo muito mais claro, completo e real. Além disso são-me dadas novas ideias para visitar novos locais de importância cultural que possam agradar e desenvolver o gosto pela cultura em crianças, adolescentes e pré-adolescentes.*

Será portanto de concluir que as pessoas encontram maior relação entre o fazerem visitas de estudo e depois repetirem-nas acompanhados de familiares, para melhor lhes poderem explicar, enquanto para os que frequentam os cursos essa relação não é tão importante.

Reflexões finais:

Temos consciência de que o estudo feito abrange uma minoria e que essa minoria corresponde a pessoas que se podem considerar de classe média-alta, com bom nível intelectual e na maioria dos casos com formação universitária.

São no entanto pessoas integráveis no que tradicionalmente se designa de 3ª idade, em que cerca de 50% já se encontram aposentados e procuram nestas actividades uma realização intelectual e um bem-estar pessoal.

As respostas relativamente ao acompanhamento de filhos ou netos a

monumentos ou exposições são de certa *secura*, limitando-se a dizer apenas sim ou não e a referir vagamente museus e monumentos, exposições, concertos, teatro, ou a enumerar alguns locais de Lisboa onde habitualmente se levam crianças como o Jardim Zoológico ou o Aquário Vasco da Gama, sendo que só três dos participantes em visitas de estudo referem efectivamente Museus de Arte como o de Arte Antiga, o do Chiado ou o Museu da Fundação Gulbenkian, ou monumentos como os Jerónimos ou a Torre de Belém.

Relativamente aos alunos dos cursos, as respostas revelam a mesma tendência genérica, embora haja a destacar que algumas pessoas levam os jovens a museus apenas (?) quando viajam (5), havendo uma que menciona concretamente alguns museus internacionais como o Louvre ou o British Museum e a Tate, além dos nacionais: Arte Antiga, Gulbenkian, Serralves.

Nos dois grupos, são referidos o Museu de Arte Antiga (4), o Museu dos Coches (2), Museu da Gulbenkian (4), Museu do Chiado (2), MAAT (1), CCB (2), Castelo de S. Jorge (1), Torre de Belém (2), Jerónimos (2), Sé de Lisboa (1), Museu do Oriente (1), Pavilhão do Conhecimento (1), Museu da Marinha (2), além de uma pessoa referir monumentos e museus de Sintra e Cascais.

O problema reside efectivamente em atingir aqueles jovens que devido aos meios familiares em que nasceram e / ou às prioridades do ensino oficial não têm acesso ao nosso património e acabam por não o respeitar e defender como um acto de cidadania. No entanto, quem frequenta as universidades, pelo menos em percentagem significativa tem proveniência de famílias como as que foram objecto dos nossos inquéritos.

A nossa acção nas aulas como nas visitas de estudo é apenas uma gota de água num oceano, mas preferimos vê-la como uma pedrinha lançada ao lago da cidadania, cujas ondas se propagam a um número cada vez maior de pessoas.

Referências

- Bonifácio, Horácio e Calado, Maria Marques (1979) — Património Artístico e Cultural. *Arte Opinião*, nº 6, Julho de 1979:23-24 e 36
- Calado, Margarida (1985) — Portugal detentor da segunda mais antiga legislação da Europa sobre Património. *Jornal do Património* (Direcção de José Hormigo). Nº 1. Janeiro — Março
- Choay, Françoise (2011) — *As questões do Património. Antologia para um combate*. Lisboa: Ed. 70 (Arte & Comunicação)
- Herculano, Alexandre (1838/1982) — Monumentos Pátrios. In *Opúsculos I*. Lisboa: Editorial Presença
- Machado, Joaquim Machado de (1788) — *Discurso sobre as utilidades do Desenho...* Lisboa: Na Offic. De António Rodrigues Galhardo, M.DCC. LXXXVIII
- Martins, Guilherme de Oliveira (2018) — *Ao encontro da História. O culto do Património Cultural*. Lisboa: Gradiva (Trajectos Portugueses)
- Serrão, Vítor — *Portugal em ruínas. Uma história cripto-artística do património construído*. In Silva, Gastão de Brito e — *Portugal em Ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos